



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ANTÔNIA LETICIA LIMA BATISTA

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE
EDUCADORES/AS DO CEI FRANCISCA ARRUDA DE PONTES NO MUNICÍPIO
DE REDENÇÃO-CE**

REDENÇÃO

2024

ANTÔNIA LETICIA LIMA BATISTA

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE
EDUCADORES/AS DO CEI FRANCISCA ARRUDA DE PONTES NO MUNICÍPIO
DE REDENÇÃO-CE**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Palmares.

Orientador: Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante.

REDENÇÃO

2024

ANTÔNIA LETICIA LIMA BATISTA

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE
EDUCADORES/AS DO CEI FRANCISCA ARRUDA DE PONTES NO MUNICÍPIO
DE REDENÇÃO-CE**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Palmares.

Aprovado em: 11/07/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr^a. Maria de Fátima Souza da Silveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Rubem Maciel Franklin

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. JUSTIFICATIVA	6
3. Objetivos	9
3.1 Objetivo Geral	9
3.2 Objetivos Específicos	9
4. REFERENCIAL TEÓRICO	10
4.1 Sobre a Educação Inclusiva	10
4.2 TEA e a Educação	14
5. Metodologia	17
6. Cronograma	18
7. Referências	19

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), de acordo com Oliveira (2020, p.1), “vem da palavra de origem grega “*autos*”, cujo significado é “próprio ou de si mesmo”, sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento (na aprendizagem e na interação social) da criança”. Esse é, portanto, o entendimento mais comum no campo da saúde acerca do TEA.

O TEA sempre foi alvo de intensas e recorrentes discussões, marcado por estereótipos e até mal compreendido por parte da população. Atualmente, devido ao avanço dos estudos e da neurociência, sabemos que é tratado de fato como um Transtorno Global do Desenvolvimento, embora não haja ainda um consenso preciso de como ele se origina e/ou se desenvolve na criança.

O fato é que esse transtorno, por múltiplos motivos, pode afetar as relações sociais não apenas da criança, mas de seus familiares, de colegas e de professores. Cabe ressaltar que, tais dificuldades não tem como causa o autismo, mas muito mais com as atitudes dos sujeitos das relações diante do autismo e pelas circunstâncias sociais concretas dessas interações.

Frente a isso, surge a necessidade de se trabalhar essas questões em todos os setores da sociedade. E o/a professor/a pode desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da criança. Assim, é posto em debate as metodologias utilizadas por muitos/as docentes para intervir nesse processo de educação.

Ao longo dos últimos anos, muitos questionamentos foram tomando impulso, seja a respeito da inclusão no ambiente escolar e até mesmo sobre a capacidade dos/as docentes em saber lidar com tanta diversidade em uma sala de aula. E até mesmo em que medida a formação pedagógica é suficiente para suprir tais demandas. É verdade que as universidades vêm trabalhando nesses pontos, mas o foco aqui é como os/as professores/as atuais lidam com essas questões diariamente.

Em Redenção, município do interior do Ceará, é notório o alto número de crianças diagnosticadas com o TEA, uma vez que a prefeitura divulga todos os anos, editais de cuidadores, tal estágio consiste em uma seleção de profissionais, geralmente estudantes universitários, com o intuito de auxiliar as crianças em sala de aula juntamente aos docentes. Desse modo, nota-se uma preocupação da gestão municipal em mitigar dificuldades educacionais em potencial.

Faz-se necessário mencionar que as medidas pedagógicas propostas pelos professores são de fundamental importância na vida escolar e social das crianças com TEA. De modo que,

quando família e escola se envolvem nesse processo, compreendendo esse trabalho realizado em conjunto, com a busca por beneficiar e promover melhores condições de inclusão e adaptação escolar para essas crianças, ele pode gerar bons resultados.

Assim, o presente projeto tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelos/as educadores/as no Centro de Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes no município de Redenção frente ao TEA, a partir de uma perspectiva mais inclusiva. Tomaremos como local de pesquisa, o Centro de Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes, localizado no município de Redenção, interior de Fortaleza.

O Centro Educativo se encontra na sede do município de Redenção, próximo ao Campus do Liberdade (Unilab). De caráter público, o local atende as turmas de Infantil II ao V, desse modo, todos os estudantes matriculados na rede pública do município de Redenção e de suas comunidades que se encontram nessa faixa etária são conduzidos a este Centro Educacional.

É importante mencionar que pais ou responsáveis de Acarape, cidade vizinha, também optam por matricular suas crianças no mesmo, isso pode indicar uma confiança nos serviços públicos de Redenção. Por isso, é que voltamos para o tema central aqui proposto, que diz sobre os desafios enfrentados pelos educadores, tendo em vista o Transtorno do Espectro do Autismo em um ambiente mais inclusivo.

2. JUSTIFICATIVA

A proposta de investigação deste projeto, surge de minhas experiências enquanto Cuidadora no Centro de Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes, no município de Redenção. Ao longo de mais de um ano de trabalho, pude não apenas observar, mas fazer parte de um projeto que visa o auxílio de crianças com Transtorno do Espectro Austista, entre outras condições. E a partir desse primeiro contato, houve o interesse de pesquisar e conhecer mais sobre os desafios dos/as educadores frente a essa realidade.

Antes de iniciar, gostaria de informar que, antes de trabalhar como cuidadora, já atuei em sala de aula, como professora auxiliar, também com crianças. E foi a partir desse momento que me identifiquei com a área da Pedagogia. O contato diário com crianças, aquelas palavras verdadeiras e abraços sinceros, despertaram em mim um dever adormecido de contribuir o máximo possível por um futuro brilhante de cada uma delas.

Voltando ao Estágio, mais do que conhecer, este projeto de pesquisa pode contribuir para futuros estudos tanto de estudantes universitários, quanto da própria Secretaria de Educação, em busca de informações pertinentes, principalmente por partir de uma profissional de apoio escolar que convive diariamente dentro do sistema da educação de Redenção. São relevantes essas perspectivas, uma vez que esse projeto parte de uma experiência construída e fomentada dentro do próprio município.

Nesse sentido, encontro-me no segundo ano enquanto cuidadora, já passei por experiências positivas e negativas ao longo desse período. Pude conhecer e conviver com crianças que, embora com diagnóstico de autismo, tinham comportamentos totalmente diferentes, umas mais agitadas, outras mais tranquilas, algumas mais agressivas, enquanto outras mais carinhosas. Dessa forma, é necessário quebrar estereótipos que classificam as crianças com autismo em um determinado padrão.

Portanto, enquanto cuidadora, tenho plena convicção e confiança para falar sobre, como o papel familiar influencia e muito no desempenho das crianças na escola. O desempenho escolar possui diversos fatores, entre eles, a contribuição das famílias no processo educativo. Quando os pais são participativos e colaborativos, o contexto escolar torna-se mais proveitoso e efetivo, trazendo para a criança diversos benefícios educativos e um local de conforto e segurança. Sentimentos e sensações totalmente diferentes em casos opostos, quando a família, por diferentes motivos, não consegue realizar plenamente seu papel, algo que infelizmente acontece.

O que acontece é que muitas das vezes, o papel escolar é confundido. E isso não se trata apenas em relação ao trabalho educativo com crianças com TEA, mas de modo geral. Existem limites e funções que necessitam ser cotidianamente discernidos, para que a escola, conseqüentemente a gestão, os/as professores/as e, por fim, os/as cuidadores/as, sejam compreendidos/as nas suas possibilidades e propósitos. Sendo esses últimos/as, os que sentem uma significativa pressão, por estar na linha de frente do cotidiano escolar e em contato direto com a família, de um lado, e a gestão, do outro.

Ressalta-se, em relação a cuidadores/as escolares, uma remuneração um tanto quanto baixa, em detrimento de um ofício muito sério e responsável, uma vez que se trata dos cuidados de uma criança em desenvolvimento físico, afetivo e intelectual. Onde nosso papel não se efetiva dentro de sala, apenas no auxiliar nas atividades propostas pela professora regente, mas também em questões higiênicas, alimentares do/a estudante. Assim como lidar com as divergências entre o que nos é orientado pela Secretaria de Educação e o que nos é orientado pelo núcleo gestor.

A respeito do papel dos/as professores/as frente a esse desafio, nota-se um esforço mediano. Vale salientar que, o ofício de um/a professor/a de Ensino Infantil é bastante delicado e interativo, no entanto, por vários aspectos presentes na escola e até em sua formação, alguns acabam por se apoiar na presença dos/as cuidadores/as em sala de aula, diminuindo o auxílio às crianças pois já possuem em sua visão, um/a “responsável”.

É no Ensino Infantil onde tudo se inicia, os desafios educacionais de professores/as dos anos seguintes depende, de muitos fatores, inclusive de uma boa preparação dos/as educadores/as das séries iniciais.

A família, por sua vez, constitui também importância fundamental nesse processo, e para que uma perspectiva inclusiva tome concretude, é necessário que família e Escola caminhem lado a lado, em um apoio mútuo. O que só reforça a responsabilidade da gestão escolar, municipal, estadual e federal para o fomento das condições necessárias para realização desse processo. Dessa forma, a criança poderá sentir amparo e segurança em seu percurso educacional, pois todas as partes estarão em função de um só sentido.

As crianças com TEA, como é sabido, vivenciam sua própria rotina que, se por um lado, pode proporcionar maior facilidade diante dos diversos estímulos do seu contexto social, por outro, precisa ser cuidadosamente observado para se promover mudanças que potencializem seu processo de aprendizado e de desenvolvimento.

É, portanto, algo complexo a se realizar. Então, podemos chegar à conclusão de que, nesse sentido, isso pode se tornar, em algum momento, um obstáculo tanto para a criança,

quanto para professores/as, cuidadores/as e familiares, que podem sentir dificuldades nas propostas de novas atividades e/ou na implementação de didáticas diferentes.

Visto que uma criança com TEA pode sentir grande estranhamento apenas na mudança de sua alimentação, o mesmo pode vir a ocorrer diante de atividades diferentes ao longo de um bimestre, ou ao longo de um ano. A partir dessa breve reflexão, já podemos emergir na imensidão da complexidade que se trata esse assunto. Então, como um/a professor/a, pode contribuir nessa rotina tão séria ao benefício de uma inclusão na prática educativa? Ao mesmo tempo, seria possível para o/a educador/a, se apropriar das características, como por exemplo, o interesse em conteúdos específicos, algo bem comum entre as crianças com TEA, para desenvolver uma aula temática visando o aprendizado da turma em geral. Obviamente, não seria tão simples, uma vez que para a aplicação de novas ludicidades, uma preparação gradual deve ser iniciada.

Em minha trajetória como bacharelada em Humanidades (BHU), desde 2021, com interesse em meu segundo ciclo formativo, na Pedagogia, infelizmente tive pouco acesso a disciplinas que tratam de inclusão, uma vez que buscando na grade curricular da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), encontrei apenas duas disciplinas que se aproximam das temáticas aqui trabalhadas e, sendo uma a de Libras, obrigatória entre todos os cursos de licenciatura ofertadas pela Instituição.

Observo até mesmo dentro de sala de aula, onde o foco do debate quando se fala em “inclusão”, remete na maioria das vezes a temáticas religiosas, socioculturais e de gênero, mas ainda insuficiente em relação à Educação Especial e Inclusiva. Isso nos mostra o quanto ainda estamos longe de priorizar de modo amplo os desafios da educação em nosso país, mesmo com políticas públicas sendo aplicadas, ou pelo menos, encaminhadas aos municípios. Portanto, é extremamente importante a inserção de conteúdos e didáticas voltadas para o ensino inclusivo, no BHU e demais cursos de licenciatura, tendo em vista a alta demanda e a necessidade de uma formação de excelência para os/as futuros/as professores/as, seja do ensino básico, médio ou superior. É fulcral o investimento direcionado aos docentes em formação, para que possam suprir e vencer as dificuldades hoje relatadas.

Dessa maneira, o tema deste projeto de pesquisa surge da necessidade de se trabalhar e desenvolver informações a respeito do trabalho dos/as educadores/as da Educação Infantil frente aos desafios impostos pelo TEA. Outro fator motivante diz sobre minha experiência na mesma, onde diariamente pude observar o trabalho de muitos docentes visando o aprendizado dos alunos em geral. Também se faz importante o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas enquanto contribuição formativa para o município de Redenção-Ce.

3. Objetivos

3.1 Objetivo Geral

Analisar os principais desafios enfrentados pelos/as educadores/as no Centro de Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes no município de Redenção frente ao TEA, a partir de uma perspectiva mais inclusiva.

3.2 Objetivos Específicos

- Descrever as práticas educativas realizadas pelos/as educadores/as para se trabalhar em sala de aula na perspectiva da inclusão de alunos com TEA;
- Conhecer como os profissionais da educação entendem o TEA no ambiente educacional em questão;
- Identificar possíveis dificuldades percebidas pelos professores em sua convivência no ambiente de ensino com alunos que possuem o TEA;
- Entender como acontece a relação entre família e escola frente às necessidades encontradas visando o desenvolvimento educacional de alunos com TEA;

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Sobre a Educação Inclusiva

É fundamental atentar-nos ao conceito de Educação Inclusiva, que, de modo amplo, é traduzida como uma proposta de ensino que venha a abranger, considerar todos os gêneros, religiões, grupos étnico-raciais, etc. Além disso, as famílias e até mesmo as comunidades também devem agregar nesse processo. O papel das famílias se faz de grande importância no desenvolvimento e aprendizado dos/as educando/as.

Quando os pais ou responsáveis são ativos na vida estudantil e a escola atua de modo dialógico, o trabalho educativo segue por um bom caminho, rumo a uma ótima qualidade de aprendizagem. Consoante com Neto, Ávila, Sales, Amorim, Nunes e Santos (2018, p. 88): “É preciso que a escola ande em conformidade com a família, numa proposta de educação compartilhada, principalmente no caso dos alunos com deficiência, para que haja resultado satisfatório de aprendizagem dos alunos”.

Uma educação inclusiva não ocorre apenas quando a instituição promove projetos voltados a alunos/as com dificuldades de aprendizagem, sejam elas físicas ou cognitivas. Mas sim, quando todos/as estudantes possuem o direito e a oportunidade de conviver em um mesmo espaço, e ter as mesmas oportunidades independentemente de possuírem ou não alguma deficiência e, mais do que isso, quando essa prática os ensina a respeitar e apoiar a diversidade. Segundo Neto et al (2018):

A escola contemporânea foi planejada para atender um determinado perfil de aluno, entretanto, hoje, a demanda é outra: temos estudantes bastante diversificados. Tal demanda exige da escola uma reformulação e inovação em todo o seu sistema, com estratégias de ensino que possibilitem atender a todos os indivíduos. A educação inclusiva traz consigo uma mudança dos valores da educação tradicional, o que implica desenvolver novas políticas e reestruturação da educação. Para isso, é necessária uma transformação do sistema educacional, ainda exclusivo, direcionado para receber crianças dentro de um padrão de normalidade estabelecido historicamente (Neto et al, 2018, p.82).

Ainda de acordo com Neto et al (2018), que fazem uma abordagem mais histórica no que concerne aos conceitos de Educação Inclusiva e Educação Especial, buscam mostrar um estudo onde as raízes de muitos preconceitos que perpetuam nos dias de hoje tiveram seu início ou pelo menos são catalogadas. A ideia da impossibilidade de uma criança conseguir aprender por determinadas razões datam de muito tempo.

De acordo com Souza (2006), a pré-história é exemplo disto, pois as pessoas com problemas intelectuais eram rejeitadas pela sociedade e abandonadas pela família. Na Antiguidade acreditava-se que estas pessoas eram dominadas pelo demônio, sendo tratadas numa concepção demonológica. E na Idade Média houve o período de escuridão para a ciência, logo, o indivíduo que não fosse “normal” poderia ser entendido como demônio ou considerado um profeta em transe. Os padrões sociais eram determinados sob forte influência da Igreja. Aqueles que não se enquadravam eram punidos ou condenados. Nessa época, ter um filho com alguma deficiência era visto como maldição, muitas vezes ligada a algo diabólico. Os “diferentes”, assim como no período da Inquisição, poderiam ser executados na forca ou queimados vivos (Neto et al, 2018. p.83-84).

É lamentável saber que esses aspectos históricos ainda se mantenham vivos na contemporaneidade. Muitas vezes familiares e/ou educadores/as reproduzem um olhar capacitista, que legitima a exclusão de estudantes. O trecho abaixo nos ajuda a entender a vigência ainda dessas percepções, conforme Neto et al (2018):

[...] já no Renascimento foi considerado o processo de transformação da mentalidade, no qual ficou compreendida outra concepção de anormalidade. A partir de então, com os avanços da Medicina, surgiu a noção patológica que se aproxima do conceito dos dias atuais [...] Essa fase ficou conhecida como fase da exclusão, porque qualquer pessoa que não estivesse no padrão de comportamento e de desenvolvimento instituído pela sociedade era totalmente excluída. Para Amaral (2001), no final do século XVIII e início do século XIX, revelou-se a segunda fase, e nela surgiram instituições especializadas no tratamento para Pessoas com Deficiências. Acredita-se então ter surgido nesse período a educação especial. [...] Nasceu, naquele momento, uma pedagogia especializada e institucionalizada, que separava indivíduos de acordo com diagnósticos em quociente intelectual. Este primeiro momento ficou conhecido como fase de segregação, tais escolas especiais cresciam e se multiplicavam por diferentes etiologias: pessoas com cegueira, surdez, com deficiência física, intelectual, etc. Estes núcleos especiais possuíam programas próprios, como técnicos e especialistas, que constituíam um sistema de educação especial diferenciado em relação ao sistema educacional geral, ou seja, dentro do sistema educacional existiam dois subsistemas que não se interligavam: educação especial e educação regular (Neto et al, 2018, p.84).

Conhecer esses elementos históricos da educação contribui para o entendimento por um lado, dos avanços no decorrer do tempo até atuais, mas também das contradições e das heranças ainda presentes de uma lógica excludente. É o que nos mostra Neto et al (2018):

A partir da década de 1970 começaram as reivindicações. Para Nascimento (2014), as Pessoas com Deficiência, até então, sendo educadas em instituições especializadas, deveriam ser reinseridas na comunidade. Esta época foi marcada por importantes mudanças na educação especial, e por consequência de mobilizações dos pais de crianças com Deficiência, que queriam espaços nas escolas regulares para seus filhos, resultou no direito à educação pública gratuita para todas as crianças com Deficiência. É importante salientar que não só os pais, mas também os profissionais passaram a reivindicar e pressionar a sociedade em geral, a fim de garantir direitos essenciais e evitar discriminações. De acordo com Nascimento (2014), as conquistas decorrentes das manifestações levam ao declínio da educação especial paralela à educação regular. No lugar da expressão

Deficiência passou a ser utilizado o termo “Necessidades Educativas Especiais”, ampliando possibilidades para integração da Pessoa com Deficiência na escola regular. Porém, apesar desta integração ter sido considerada um grande avanço para igualdade de direitos, houve poucos benefícios para promover de fato o seu desenvolvimento. A Deficiência era considerada um problema de quem a possuía, assim, esta deveria tornar-se apta à integração ao meio social. Não cabia à escola se adaptar às necessidades dos alunos, mas às Pessoas com Deficiência adaptar-se à escola (inclusive em termos econômicos) (Neto et al, 2018, p.85).

As mudanças relatadas indicam as diferentes manifestações da exclusão a se fazerem existentes mesmo em iniciativas que buscavam transformações do contexto educacional. A integração substitutiva da segregação não possibilitou uma superação efetiva da exclusão. Assim, chegamos aos tempos atuais em que se busca uma inclusão plena, com o estabelecimento de classes comuns a todos/as estudantes e do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Fruto também da mobilização política no campo da educação.

Surge então a “inclusão total”, que era a forma mais radical de legitimar a inclusão de todas as pessoas na classe regular e a proposta de eliminar os programas paralelos de educação especial. Na década de 1990 reforçava-se cada vez mais a ideia de Educação Inclusiva para alunos com Deficiência. Com a proposta de aplicação prática ao campo da educação a partir de um movimento mundial, denominado “Inclusão Social”, surge o termo “Educação Inclusiva”. Para Nascimento (2014, p. 18), “o movimento pela Educação Inclusiva significa uma crítica às práticas marginalizantes encontradas no passado, inclusive as da própria Educação Especial”. Segundo Lima (2006), o ensino inclusivo não deve ser confundido com educação especial, embora o contemple. A educação inclusiva nasceu a partir de uma proposta de educação para todos, independente da origem social de cada um (Neto et al, 2018, p.85).

Conforme relatório sobre a Educação Inclusiva no Brasil, ainda é necessário a ampliação da quantidade de escolas com classes comuns e é significativo o número de profissionais da educação que atuam nas escolas que não possuem especialização para suprir as demandas - o que facilita a presença de estereótipos que reproduzem as lógicas do capacitismo, da segregação e da exclusão.

Tais limitações na formação de docentes associadas a outras precaridades do trabalho escolar, podem favorecer que os/as alunos/as com TEA, como é a maioria em Redenção, fiquem sob os cuidados sobretudo dos/as cuidadores/as, que são responsáveis por suas necessidades.

Quando a criança chega no colégio, o/a Cuidador/a já deve estar a sua espera. A partir daí até o fim do expediente, a criança está sob sua responsabilidade, desde as atividades em sala, até muitas vezes a ida ao banheiro, por isso, muitos pais e mães exigem que suas crianças fiquem com um/a profissional correspondente ao mesmo sexo, como uma forma de se sentirem mais seguros e que a integridade da criança permaneça preservada.

Além de todo esse cuidado, nota-se, infelizmente, que algumas professoras não atendem as crianças com TEA, com a mesma frequência que o restante da turma. Suponha-se que talvez pelo fato de haver um/a cuidador/a dentro da sala de aula, aquela criança não necessita da mesma atenção, por já se encontrar com alguém disponível totalmente a ela.

A partir dessas considerações, é importante que os/as profissionais da educação tenham a formação adequada para tais questões e possam desenvolver metodologias ativas que venham a incluir esses/as alunos/as na sala de aula. A presença de cuidadores é muito importante. se a escola se prestar a auxiliá-los de maneira mais ativa, é bastante provável que as crianças possam ter um melhor desenvolvimento.

Trata-se de um trabalho mútuo, uma cooperação entre família, escola e cuidadores. Esse serviço acontecendo em conformidade e alinhado tendo em vista o bem estar das crianças, finalmente será possível o início de uma mudança não só de mentalidade, mas comportamental.

Quando a comunidade em geral começar a desconstruir ideias e tabus, os ambientes inclusivos poderão não apenas surgir, mas permanecer. Pois, de acordo com Neto et al (2018): “Porém, hoje o discurso é que os professores não estão preparados para receber o aluno com deficiência e a escola não dispõe de infraestrutura adequada e não possui recursos didático-pedagógicos para atender esse público, mesmo sendo um direito estabelecido por lei (p.89).

Não podemos cair no discurso clichê de não haver preparação suficiente para nossas crianças. É verdade que muitas das vezes a escola não disponibiliza dos melhores e/ou mais sofisticados sistemas e ferramentas que possam contribuir para o ensino. Mas muitos avanços já foram feitos, muitas pesquisas de respaldo publicadas e que podem orientar formações com essa perspectiva.

Mas é somente com a lida diária que podemos desenvolver métodos e tecnologias que possam nos auxiliar e por conseguinte beneficiar nossas crianças. Assim, não é um trabalho imediato, mas gradual, que irá depender do esforço e permanência de um estudo, de um projeto. Ainda mais se tratando de crianças que possuem grande apego à rotina e suas particularidades.

4.2 TEA e a Educação

Sílvia Ester, em sua obra *Aprendizes com Autismo: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes*, busca nos fornecer uma nova dimensão da relação escola-autismo. Desse modo, ela aborda questões como a supervalorização dos diagnósticos impostos sobre a criança, do laudo enquanto uma prática excludente e que muitas vezes são apropriadas pela própria escola como vantagem em avaliações externas, assim como outros pontos muito importantes. A autora afirma:

Quando supervalorizo o diagnóstico de autista em detrimento de destinar tempo, dedicação e sensibilidade para conhecer melhor meu aluno e aquilo que é possível fazer com ele em conjunto com seus coleguinhas, estou perpetuando práticas excludentes. Quando a escola opta por focar apenas em ensinamentos apostilados e avaliações cujo resultado enfoca aquilo que o aluno não aprendeu, sem resgatar o aprendizado para a superação das dificuldades, ela está se despreocupando com a exclusão de muitos. Quando a escola não é capaz de ser flexível em seus processos avaliativos, atentando para as singularidades de seu aluno com autismo com vistas a seguir o sistema tradicional empregado, ela está promovendo ações excludentes” (Orrú, 2023, p.161).

A respeito da supervalorização dos diagnósticos, infelizmente o sistema de ensino atual possui um olhar voltado muito mais para as dificuldades, do que as possibilidades que os/as alunos/as possuem. Ou seja, suas potencialidades muitas vezes não são identificadas e fortalecidas. Por exemplo, uma criança que não possui uma boa coordenação motora para realizar a escrita de letras e números, mas que, consegue identificá-los e associá-los por conta própria, ainda sim é vista como incapaz de resolver tal questão.

Tudo isso porque o método de ensino vigente não abrange todos/as os/as alunos/as. Outro exemplo: Em uma sala de aula, a professora solicita para que estudantes transcrevam de um texto ou frase, apenas letras específicas, como vogais ou consoantes. O/a aluno/a com TEA, embora consiga distinguir as letras e identificá-las, poderá não conseguir realizar a escrita, por possuir uma baixa coordenação motora. Mas isso não quer dizer que a essência da questão não tenha sido solucionada. Segundo a autora:

Nesse sentido é importante destacar o perigo que a supervalorização ao diagnóstico pode trazer para o espaço escolar, espaço este que é direito legal de toda criança, espaço que deve ser dedicado a momentos de aprendizagem vivenciada e compartilhada e ao exercício da cidadania que se faz pela valorização à solidariedade,

ao companheirismo, pelo respeito às diferenças e diversidades presentes, pelo acolhimento do outro e o fazer sentir-se pertencente ao grupo (Orrú, 2023, p.60).

A questão do pertencimento é de total significância para um pleno desenvolvimento da criança em relação ao ambiente escolar. No entanto, é importante destacar que, quando nos referimos ao termo “pertencimento”, isto não implica diretamente no ato de “socializar”. Socializar enquanto tornar-se social, agir frequentemente em grupo, ou, nesse caso, integrar um grupo de amigos na escola.

Sabemos que muitos alunos/as com TEA, não costumam ou não se sentem confortáveis quando expostos ao público. E devemos respeitar essas particularidades, embora possamos trabalhar em cima disso, com a esperança de reverter certos comportamentos, tendo em vista o melhor desenvolvimento da criança, assim como benefícios que possam vir a ajudar a mesma futuramente. Consoante Oliveira (2020):

O TEA pode vir acompanhado de outros distúrbios, como depressão, epilepsia e hiperatividade. Apresenta-se em graus variados, desde os mais severos (em que a pessoa não fala, não olha, não mostra interesse algum no outro) até os mais leves, chamado de alto funcionamento (falam, são capazes de acompanhar estudo normal, desenvolver-se em uma profissão, criar vínculos com outras pessoas) (Oliveira, 2020, p.01).

Embora possa soar um tanto quanto contraditório, todos os argumentos expostos acima, é perceptível uma linha de raciocínio traçada com base na pesquisa e experiência. O aluno com TEA, necessita de ambas as visões de mundo. Primeiramente, é necessário entender e respeitar suas características únicas. Mas, estar em um ambiente com outras crianças, pode ser muito benéfico para a mesma, assim como para as demais, propiciando dessa forma um ambiente mais inclusivo. Neto et al (2018) nos diz que:

“É preciso que entendamos que o ato de incluir é, antes de tudo, uma lição de cidadania e de respeito para com o próximo. Incluir é reconhecer que existem outros de nós que precisam participar de todos os meios, seja profissional, educacional, social, independente das diferenças” (Neto, 2018, p.90).

Um ambiente inclusivo pode ser compreendido como um espaço onde se acolhe diversos indivíduos, sempre respeitando sua cor, cultura, religião, raça, gênero, classe social e individualidades. Esse ambiente propicia diversos tipos de relações e vínculos, com isso, é possível reduzir e/ou combater certos estereótipos e preconceitos que envolvam essas questões. Neto et al (2018, p. 88) argumenta: “Quando os alunos com diversos níveis de deficiências estão numa sala inclusiva, eles podem aprender mais e melhor, assim como aos

demais é dada a oportunidade de aprendizado, compreensão, respeito e convivência com as diferenças”.

Nesse sentido, a inclusão de crianças em um mesmo recinto seria de enorme benefício a todas. Trazendo para nosso campo de pesquisa, O Centro de Educação Infantil Francisca Arruda de Pontes, poderia funcionar para muito além de um ambiente escolar, onde os métodos e procedimentos de ensino-aprendizagem são mecanizados e arcaicos, assim como na maioria das escolas pelo Brasil. Consoante com Orrú (2023):

É desejável que a comunidade escolar desconstrua seu preconceito (pré+conceito) ou seja, desconstrua suas ideias edificadas antecipadamente e sem fundamento, apenas apoiadas nos dizeres do diagnóstico universalista do Transtorno do Espectro Autista. Ao contrário, é apetecível que a comunidade escolar abra sua mente para conhecer seu aprendiz, a criança, adolescente, jovem que é acompanhada pelo autismo e suas particularidades, e que dia a dia a conheça melhor para compreendê-la como um sujeito que aprende, um sujeito constituído pela presença dos fatores biológico, cultural, histórico, social, além das singularidades trazidas pelo autismo (Orrú, 2023, p.61).

Passando a se tornar um local de harmonia e respeito mútuo. Não é que deveríamos insistir para uma socialização de todas as crianças, uma vez que algumas não se sentem bem com isso, mas apenas a proximidade com outras de sua faixa etária, a sensação de preencher um ambiente junto com as demais, sem exclusão, mas sempre com olhos atentos e cuidadosos, seria o começo de uma grande mudança. Ainda de acordo com Orrú (2023):

Onde a dominação e o poder fabricam e perpetuam a produção das diferenças para então classificá-las e enquadrá-las em categorias, sendo que, no caso daqueles indivíduos considerados não produtivos segundo os padrões sociais estabelecidos, seu porto de destino são os espaços homogêneos onde a segregação e a exclusão têm por si as características principais. Em outras palavras podemos dizer que é a própria escola a grande produtora das classificações dos indivíduos e das desigualdades em grande escala. Portanto, o ensino massificado produz e reproduz as desigualdades sociais, e esse fato se repercute fielmente no caminhar do aluno em sua vida escolar, pois nessa trilha muitos são deixados para trás (Orrú, 2023, p.171).

O que busco com essas palavras é justamente combater certas distinções e preconceitos que infelizmente afetam as crianças, e o mais triste nessa história é que até dentro da escola, dentro da sala de aula, que deveria ser um ambiente protegido, longe da maldade do ser humano, onde a opinião de ignorantes não ofuscasse o brilho de seus olhares, ainda sim, se faz como um ambiente hostil e segregatório.

5. Metodologia

A pesquisa que se pretende realizar será de natureza mista pois irá agregar a quantificação das dificuldades enfrentadas por profissionais da educação da referida instituição escolar com a apreensão qualitativa dos entendimentos desses/as educadores/as sobre o TEA e suas percepções quanto à relação entre famílias e escola. Como delineamento de pesquisa, aponta-se o Estudo de Caso como compatível com os objetivos traçados, tendo como “caso” a ser conhecido de modo exploratório, os desafios de educadores da Cei Francisca Arruda de Pontes. Além disso, o Estudo de Caso pressupõe a possibilidade de utilização de diferentes técnicas, o que será importante para essa futura investigação acadêmica.

Desse modo, se faz previsto para os procedimentos desse projeto, de modo inicial, um levantamento bibliográfico a respeito do tema estudado, trazendo o aporte teórico de autores/as e pesquisadores/as desse campo de pesquisa, juntamente com as experiências adquiridas ao longo de meu trabalho enquanto cuidadora na rede municipal de Redenção-Ce.

Inicialmente a pesquisa se centrará em um primeiro momento, no campo bibliográfico, analisando e discutindo com autores/as sobre questões voltadas para as práticas inclusivas nas escolas. Logo, é muito necessário realizar conexões entre o que foi estudado, com o que é vivenciado diariamente na Cei Francisca Arruda de Pontes, no município de Redenção.

Após um maior embasamento teórico, a pesquisa poderá ir a campo, sendo assim também de caráter exploratório, uma entrevista poderá ser realizada dentro da Cei Francisca Arruda de Pontes, com professoras e funcionários em geral, assim como o núcleo gestor. A participação de pais ou responsáveis também se faz de grande importância, uma vez que a visão desses também é bastante necessária para a comunidade acadêmica. De acordo com Neto et al (2018):

“Um ponto importante que precisa ser destacado para incluir alunos com deficiência está na qualificação da equipe de profissionais escolares e dos recursos pedagógicos. Não podemos falar somente em inclusão escolar de forma passional, mas devemos fazer o debate segundo a visão de quem faz a escola, sejam professores, coordenadores, diretorias, porteiros, entre outros. Não basta que o aluno seja matriculado por força da lei em uma turma de ensino regular, pois é de fundamental importância uma equipe preparada para que a inclusão se efetive” (Neto, 2018, p.88).

Será fundamental uma maior atenção voltada para os próprios cuidadores do CEI. Ou seja, a pesquisa deverá problematizar também, tanto os desafios quanto o papel do cuidador em geral dentro da Instituição. Considerando esse como um profissional importante e crucial para o desenvolvimento das crianças e da educação inclusiva no município de Redenção.

Para a efetivação da pesquisa será efetuada também a aplicação de questionários: em um formulário do google contendo perguntas sobre a prática e as dificuldades dos/as educadores/as. Esta servirá para a elaboração de análises quantitativas sobre o foco desta pesquisa.

A segunda técnica, como já mencionado, será a entrevista, seja por meio virtual ou presencial, onde o/a entrevistado/a poderá expressar suas percepções a respeito do ensino na CEI Francisca Arruda de Pontes. Assim como sobre como entende os projetos de inclusão ofertados pela Instituição, a participação de familiares. Caberá à pesquisadora, assegurar totalmente a privacidade garantida dos entrevistados.

A pesquisa se delimitará a estudar como o processo de inclusão acontece no Centro de Educação Infantil, em Redenção. Atualmente, a instituição conta com cerca de 200 alunos, e recebe estudantes de todo o município de Redenção, incluindo a sede e suas serras. Assim como recebe também público de Acarape-Ce.

Essa pesquisa não irá considerar abranger também alunos de outros níveis de ensino, com o intuito de realizar um trabalho mais aprofundado e delimitado sem a interferência de outras informações.

6. Cronograma

Atividades	2024				
	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Delimitação do Tema	X				
Revisão Bibliográfica	X				
Coleta de Dados e Informações		X	X		
Análise das Informações		X	X	X	
Revisão da Escrita e Conclusão				X	X

7. Referências

BRASIL. **LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 05 de março de 2024.

DA SILVA VIEIRA, Laíza; ALVES, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias; BRINGEL, Maricélia Félix Andrade. **Inclusão da Criança Autista no Âmbito Escolar.** ID on line. Revista de psicologia, p. 168-179, 2023.

FARIAS, Iara Maria de; MARANHÃO, Renata Veloso de Albuquerque; CUNHA, Ana Cristina Barros da. **Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria da Experiência de Aprendizagem Mediada (Mediated Learning Experience Theory).** Revista Brasileira de Educação Especial, v. 14, p. 365-384, 2008.

NETO, A. D. O. S., Ávila, É. G., Sale, T. R. R., Amorim, S. S., Nunes, A. K., & Santos, V. M. (2018). **Educação inclusiva: uma escola para todos.** *Revista Educação Especial*, 31(60), 81-92.

OLIVEIRA, FL de. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista.** Revista Educação Pública, v. 20, n. 34, p. 8, 2020.

ONOHARA, Ariane Mieko Himeno; CRUZ, José Anderson Santos; MARIANO, Maria Luiza. Educação inclusiva: **o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I.** DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, v. 20, n. 2, p. 289-304, 2018.

PEREIRA, Tailana Nogueira. **Transtorno do Espectro Autista na Escola: desafios e perspectiva na educação inclusiva no município de Candeias.** Projeto de Pesquisa (Graduação). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. São Francisco do Conde, 2019.

SILVA, Vitória Lawanda Esteves Silva. **O processo de educação inclusiva no município de Redenção (CE): do ponto de vista dos familiares, da Escola e dos próprios apoiadores de sala de aula.** Projeto de Pesquisa (Graduação). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Acarape, 2020.

SILVEIRA, Núbia Maria Gomes; SANTOS, Laissa Karen Faustino; STASCXAK, Francinalda Machado. Os desafios das crianças com autismo à Educação Inclusiva. **Ensino em Perspectivas**, v. 2, n. 4, p. 1-12, 2021.